O emprego do Exército Brasileiro na defesa da costa e vigilância do saliente nordestino na II Guerra Mundial.

Antônio Ferreira Sobrinho*

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo destina-se a apresentar o emprego do Exército Brasileiro na II Guerra Mundial, atuando no território nacional, particularmente, no litoral do Nordeste.

Pretende-se abordar inicialmente, os elementos da aliança estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) a partir de 1940, que transformou o País no principal parceiro político, militar e econômico dos norte-americanos na América Latina, resultando na declaração de guerra contra a Itália e a Alemanha, participação na defesa conjunta do Saliente Nordestino e no envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Teatro de Operações (TO) do Mediterrâneo.

A atuação das comissões militares criadas no Brasil e nos EUA para desenvolverem a defesa conjunta do TO do Atlântico Sul, redundou nos planejamentos de emprego das forças armadas nacionais na zona de guerra estabelecida, que abrangia, praticamente, todo o litoral brasileiro.

O estudo, aqui apresentado, enfocará o emprego da Força Terrestre nesse dispositivo de defesa, particularizando a atuação da 7ª Região Militar (RM) no saliente nordestino – Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL) - detalhando a sua organização para o combate, a ocupação dos fortes e fortalezas já existentes, a aquisição de novos materiais (canhões, viaturas e munições), a criação de unidades, o seu posicionamento nos principais pontos sensíveis ao longo das diversas

* Sócio Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Coronel do Exército Brasileiro

áreas passíveis de desembarque por parte do inimigo. No final, será mostrada a desmobilização e a reestruturação dessa Força após o fim do conflito, concluindo-se pelas transformações ocorridas na doutrina e na organização básica do Exército Brasileiro.

2 – AMBIENTAÇÃO

Entre 1940 e 1942, os governos de Getúlio Vargas (BRASIL) e Franklin D. Roosevelt (EUA) construíram uma aliança político-militar, baseada no fornecimento de minerais estratégicos brasileiros e na cessão de bases militares no nordeste do Brasil. Em contrapartida, o Brasil receberia os recursos necessários à modernização de suas forças armadas e ao programa de industrialização do país.

DATAS	EVENTOS OCORRIDOS[1]
Junho de 1941	A Marinha Americana inicia o patrulhamento do Atlântico Sul, usando os Portos de Natal, Recife e Salvador e o Brasil autoriza a instalação de bases americanas no Nordeste.
Janeiro de 1942	Conferência do Rio de Janeiro. Os países americanos assumem o compromisso de defesa mútua.
Maio de 1942	Assinado o Acordo Bilateral Brasil-EUA (criação de comissões militares no Brasil e nos EUA para desenvolverem a defesa conjunta do Nordeste)
Julho/ Agosto de 1942	Acontecem grandes protestos nas capitais brasileiras, exigindo a declaração de guerra à Alemanha e Itália, por conta do afundamento de 19 navios brasileiros por submarinos alemães, matando 740 pessoas.

Reconhecido o estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália, as forças armadas brasileiras participam do esforço de guerra aliado nos TO do Atlântico Sul e do Mediterrâneo, conforme os termos contidos no Acordo Bilateral Brasil-EUA, cabendo ao Exército Brasileiro:

[1] PRODÓSCIMO, César. A Missão Militar Norte Americana no Brasil.2010, Monografia-UNIRIO, Rio de Janeiro

"Defender o seu território compreendido na zona de guerra criada, particularmente, o saliente nordestino (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), aí incluído o arquipélago de Fernando de Noronha, além de integrar o V Exército americano com uma Força Expedicionária, valor Corpo de Exército, no TO do Mediterrâneo."

3 – A PARTICIPAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE NO PLANO DE DEFESA DO LITORAL BRASILEIRO[2]

Decorridos um mês e três dias da entrada do Brasil na Guerra, o Decreto Nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, criou a Zona de Guerra Brasileira. Ela abrangia todo o litoral do Brasil, o vale do rio São Francisco e as águas oceânicas contíguas ao Brasil, e mais a nossa fronteira no Rio Grande do Sul. O restante foi considerado Zona do Interior.

A Zona de Guerra foi dividida em Teatros de Operações (TO): Amazônico, Nordeste, Centro Meridional, Meridional, Mato Grosso e Marítimo**. (Figura 1)**

À exceção do TO Nordeste, que organizou um plano de defesa, respondendo às possibilidades do inimigo, os demais foram na prática nominais, em função da remota possibilidade de um ataque das forças do Eixo.

Figura 1 – TO criados

[2] BENTO, Claudio Moreira. A participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)

O Estado Maior do Exército e o Comando do 1º Grupo de Regiões Militares, que enquadrava as Regiões Militares do Norte e Nordeste, após o minucioso reconhecimento do TO, elaborou um plano completo, facilitando ao máximo as primeiras providências para a disposição da tropa no terreno (criação e deslocamento de unidades do Centro e do Sul do País para o Nordeste), bem como serviu de base, para a continuação dos estudos e propostas da Comissão Militar Mista de Washington. Este importante documento, depois de considerar os fatores da decisão: **Missão, Inimigo e Terreno,** deduzia os **Meios** necessários.

a. Possibilidades do inimigo

- prática de atos de guerra por forças aeronavais contra comunicações marítimas de interesse do Brasil (o que veio a concretizar-se);

- ações de envergadura contra o Nordeste (Saliente Nordestino), após dominarem a África Oriental e o Atlântico Sul, utilizando uma base da marinha francesa situada no Senegal, então colônia da França, defronte ao litoral brasileiro, para montarem operações de desembarques isolados, em Natal ou Recife.

b. Missão (ideia de manobra)

Para fazer face às possibilidades levantadas, o Plano de Operações do TO Nordeste estabeleceu que a defesa do Nordeste e, por via de consequência, do Brasil e das Américas, devia concentrar-se no triângulo Natal - Recife - Fernando de Noronha:

"A defesa do Nordeste far-se-á mediante grupamentos de força, concentrados em torno dos portos marítimos e das bases aéreas da região, competindo a esses grupamentos:

-impedir o estabelecimento de bases aéreas ou navais, pelo inimigo, em qualquer ponto do território;

- vigiar atentamente a costa, a fim de assinalar, sem demora, a aproximação de forças inimigas capazes de tentar ações de desembarque ou empreendimentos corsários.

O desempenho dessa missão importaria em:

- impedir o estabelecimento do inimigo no Arquipélago de Fernando de Noronha;

- repelir todo elemento inimigo que tentasse efetuar desembarque no continente e, no caso de realizar-se, destroçá-lo antes que aí se pudesse instalar;

- manter forte massa de manobra, capaz de ir em socorro de Natal ou de Recife e, eventualmente, de completar o aniquilamento do inimigo, iniciado, em qualquer ponto, pela aeronáutica".

Figura 2 – Divisão das forças

Para o cumprimento dessas missões, o TO Nordeste foi dividido entre a 10ª Região Militar (Maranhão, Piauí, Ceará), a 7ª Região Militar sobre o Saliente Nordestino (RN - PB - PE - AL) e a 6ª RM (Bahia, Sergipe), mais, o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, composto de tropas de Infantaria, Artilharia (de Costa e Antiaérea), Comunicações e Engenharia. **(Figura 2)**

As maiores concentrações de tropa ocorreram em ordem de valor: Recife, Natal, Fernando de Noronha, Fortaleza, Campina Grande (Reserva da 7ª Região Militar), Salvador, Caravelas, Vitória e Aracaju. O resto da tropa foi distribuído por todo o litoral do Nordeste, numa linha tênue e descontínua.

c. Terreno

O conjunto desses quatro estados entregues à responsabilidade da 7ª RM formaram o Saliente Nordestino. Foi subdividido em dois setores: setor N, constituído do RN e PB e o setor S, compreendendo Pernambuco e Alagoas. Sua importância relativa se avulta pela combinação das bases aeronavais de Natal e Recife com aquela que se estabeleceu no Arquipélago de Fernando de Noronha, formando as três, o triângulo estratégico da defesa Sul do Continente Americano **(Figura 3).**

Figura 3-Triangulo estratégico de defesa do Sul das Américas

A defesa do Arquipélago de Fernando de Noronha previa: impedir qualquer desembarque inimigo, principalmente face à Baia de Santo Antônio; precaver-se contra bombardeiros aéreos e navais, e impedir a todo custo que a ilha fosse usada como base aeronaval do Eixo para operações contra o Continente **(Figura 4).**

Figura 4 - O plano de defesa de Fernando de Noronha

A parte externa ao setor circular era a que apresentava as maiores preocupações ao Comando da 7ª Região, tendo em vista as ações do inimigo, procedentes do Saliente Ocidental Africano, merecendo destaque nos planos de defesa e vigilância dos diversos escalões.

A fim de guarnecer os diversos pontos favoráveis a desembarques, foram designadas unidades militares, associadas aos pescadores, inteligentemente enquadrados por graduados, servindo as velhas fortificações do litoral como pontos de primeiro destino e, algumas vezes, de acantonamento.

d. Meios (organização para o combate)

1) Até Abril de 1941, os meios atribuídos a 7ª RM eram diminutos e estavam compostos das seguintes unidades militares com a missão de realizar Defesa Territorial:

- 20º Batalhão de Caçadores (Maceió - AL)
- 21º Batalhão de Caçadores (Recife - PE)
- 22º Batalhão de Caçadores (João Pessoa - PB)
- 29º Batalhão de Caçadores (Natal - RN)
- 23º Batalhão de Caçadores (Fortaleza - CE)
- 25º Batalhão de Caçadores (Teresina - PI)
- 24 º Batalhão de Caçadores (São Luiz - MA)
- Companhia Independente de Guardas (Recife - PE)
- Bia de Metralhadoras Antiaéreas (Recife - PE)
- 1ª Companhia do 1º Batalhão de Engenharia (Natal - RN)

2) Até o dia 9 de janeiro de 1943, quando da exoneração do General Mascarenhas de Moraes, a 7ª RM passou por inúmeras transformações geradas pelo deslocamento de várias Unidades para o seu território, elevando o seu efetivo em pessoal e material a níveis até então nunca atingidos:

- para que se possa avaliar o crescimento que se verificou após a citada data, apresentamos a seguir as unidades militares que figuraram no relatório do Cmt da 7ª RM referente ao ano de instrução de 1941:

(a) Tropa já existente subordinada à 7ª Região Militar: 20º, 23º, 24º e 25º Batalhões de Caçadores; a 2ª Companhia independente de Guardas; o 4º Grupo de Artilharia de Dorso; uma Bateria Independente de Artilharia Antiaérea; a 2ª Bateria Independente de Artilharia Automóvel; a 3/4º Grupo de Artilharia de Dorso e a 1ª Companhia do 1º Batalhão de Engenharia.

(b) Tropa organizada em Recife, João Pessoa e Natal, respectivamente, na metade do ano de 1941: 14º, 15º e 16º Regimentos de Infantaria (RI).

(c) Tropa organizada em Caruaru, Campina Grande e Fortaleza, respectivamente, no final do ano de 1941: 21º, 22º e 29º Batalhões de Caçadores

(BC). Esses batalhões eram enquadrados por uma Brigada de Infantaria, criada em Recife.

(d) Também foi criada uma Brigada de Infantaria em Natal, enquadrando os 15º e 16º Regimentos de Infantaria; o 23º Batalhão de Caçadores e o 2º Grupo do 5º Regimento de Artilharia da Divisão de Cavalaria, recém chegado à Fortaleza – CE.

- Com a entrada em vigência do estado de guerra, nos últimos dias de 1942, o governo decretou a mobilização geral do pessoal, passando o efetivo do Exército de 60.000 para 180.000 homens.

- Para atender a esse aumento, foram promovidos aos postos superiores numerosos oficiais, completando-se os claros abertos nos postos iniciais com a formação acelerada de novos oficiais da ativa e da reserva. Nos quadros da ativa, o problema foi amenizado com a instalação da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, substituindo a velha Escola Militar do Realengo. Na reserva foi intensificada a formação nos Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), estes últimos criados anexos às Unidades. Na 7ª RM, só em 1942, foram convocados 153 Aspirantes a Oficiais da Reserva de Infantaria e distribuídos para estágio nos 14º, 15º e 16º Regimentos de Infantaria.

- O CPOR do Recife foi autorizado a iniciar a formação, de artilheiros e intendentes, enquanto o setor de Motomecanização do 7º Regimento de Artilharia da Divisão de Cavalaria, formava 24 Aspirantes e Tenentes especialistas em Motomecanização.

- Em setembro de 1942, as Brigadas de Infantaria foram extintas, juntamente com a 7ª Divisão de Infantaria Especial e criadas as 7ª Divisão de Infantaria e 14 DI normais.

d. Organização para o combate

Na elaboração desse trabalho encontramos uma grande dificuldade de definir com clareza o trabalho desenvolvido por todos os escalões da 7ª RM envolvidos no serviço da guerra. O desdobramento das unidades pelos diferentes locais de emprego não foi estabelecido de um modo permanente

ou definitivo, mas efetivado de acordo com a chegada de novos meios. Dessa forma o dispositivo adotado para a Segurança e Vigilância do Litoral Nordestino, por diversas vezes sofreu alterações profundas, particularmente quanto aos efetivos empregados, atuação do inimigo, necessidade de revezamento da tropa, múltiplas variações nos efetivos das unidades, consequentes de reorganizações ou criações de novas unidades.

1) Articulação geral das forças da 7ª Região Militar: a partir de 1943 até Jan 1944.

a) No escalão avançado o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, constituído do 30º e 31º BC, 1º Grupo Independente de Artilharia, 1ª Bateria Independente de Obuses, 1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, 1º **Grupo do** 2º Regimento de Artilharia Antiaérea (RAAAe) e o Destacamento de Sapadores/Pontes.

b) Setor Sul

- Subsetor N (limitado ao N pelo Rio Goiana e ao S pelo Rio PERCINUNGA) a 7ª DI, enquadrando o 14º RI, 7º GADo, 9º GAAuT e a 7ª Cia Eng.

- Subsetor S (limitado ao N pelo Rio Percinunga e ao S pelo Rio São Francisco) a cargo da Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar (ID/7), composta pelos 20º e 22º BC, II /4º Regimento de Artilharia Montado.(RAM).

- Em Reserva o 21º BC.

c) Setor Norte

- Subsetor do Rio Grande do Norte (limitado ao N com a 10ª Região Militar e ao S com a 7ª Divisão de Infantaria), a cargo da ID/14, integrada pelos 16º RI, 4º GADo, 2º GMAC e a 1ª Bateria do 4º RAAAe.

- Subsetor da Paraíba (limitado com o Subsetor RN pelo rio Guaju – Os Marcos – Nova Cruz) a cargo do 15º RI.

- Reserva um Btl do 15º RI, um Batalhão do 16º RI e o III/5º RADC.

2) A partir do segundo semestre de 1943, o Ministério da Guerra começou a se preocupar com a constituição da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que atuaria em cooperação com os nossos aliados no TO do Mediterrâneo. O perigo de ações do inimigo procedente de DACAR já

não tinha mais razão de ser com a rendição da tropa ítalo-germânica, que atuara no norte da África.

3) As atenções do Exército Brasileiro voltaram-se para a FEB, incluindo a seleção do pessoal e a sua instrução. Diretrizes foram estabelecidas para a organização e instalação de campos de instrução, definindo-se a criação de um campo de instrução na área da 7ª RM (Campo de Instrução de Engenho de Aldeia), que teve a sua construção liderada pelo General de Divisão Newton Cavalcante, então comandante da 7ª RM.

4) Em 6 de Janeiro de 1944, o governo brasileiro resolveu reduzir os efetivos, para de certo modo, contrabalançar as despesas forçadas com a criação da FEB e do 1º Grupo de Caça na campanha da Itália. Assim foram extintas a 7ª e a 14ª DI, normais, e as suas Grandes Unidades subordinadas, e, em substituição foi criada a 7ª DI especial, com o Quartel General em Recife, dispondo da 1ª e 2ª Brigadas de Infantaria, com sedes em Maceió e João Pessoa, respectivamente, e um Destacamento Misto em Natal.

5) Para substituir o General Newton Cavalcante foi nomeado para comandar a 7ª RM o General de Divisão Isauro Regueira, assumindo o cargo em 12 de Julho de 1944 e permanecendo até 16 de Novembro de 1945.

4 – A DESMOBILIZAÇÃO

Cessada a guerra na Europa, várias unidades foram reduzidas ou deixadas sem efetivo. As convocações de oficiais da reserva e de reservistas para o serviço ativo não mais se fizeram na mesma proporção para as unidades de defesa costeira.

As extinções e transferência de sede das unidades prosseguiram, só que em sentido contrário, do nordeste para o centro e sul do País, procurando estancar a grande sangria na economia nacional. Terminada a guerra na Europa, a calma voltou às praias nordestinas com os últimos recolhimentos das guarnições do Exército Brasileiro a seus quartéis.

5 – CONCLUSÕES

- O sucesso da negociação da cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos, na década de 1940, resultou em uma aliança estratégica capaz de garantir armas e equipamentos para uma eficiente defesa do território nacional, no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

- O papel das comissões militares do Brasil e Estados Unidos, encarregadas de desenhar os planos de defesa conjunto e elevar a capacitação das Forças Armadas, tornou possível o ressurgimento da importância do Exército Brasileiro, desde a guerra do Paraguai.

- As possibilidades reais da realização de ações de desembarque alemão no litoral do Brasil, foram perfeitamente confrontadas com o emprego massivo dos meios colocados à disposição da 7ª Região Militar, com o reforço do seu dispositivo existente e seus efetivos, particularmente no período de 1941 a 1943.

- O esforço de guerra brasileiro naquele período multiplicou em muito o poder de combate da Força Terrestre, resultado do expressivo recompletamento do material e atualização doutrinária de seu emprego.

***

BIBLIOGRAFIA

BENTO, Claudio Moreira. A participação militar do Brasil na segunda guerra mundial (1942-1945)

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. O Brasil na II Guerra Mundial: BIBLIEx, 1960.

DUARTE, Paulo. O Nordeste na II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Record, 1971

PRODÓSCIMO, César. A Missão Militar Norte Americana no Brasil. 2010, Monografia - UNIRIO, Rio de Janeiro